

[TJ da Paraíba reconhece união estável lésbica para fins previdenciários](#)

(Portal TJPB, 18/03/2014) A união estável entre duas mulheres que mantiveram relação afetiva por mais de 20 anos foi reconhecida, post mortem, na tarde desta terça-feira (18), pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba. O relator, desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, reformou a sentença de 1º grau, reconhecendo a relação homoafetiva havida entre Iraci Pereira da Silva e Maria Nancy Barbosa, esta última falecida em 22 de junho de 2012. A decisão terá efeitos para fins previdenciário (pensão por morte).

Nos autos, Iraci alega que conviveu com a companheira sob o mesmo teto por mais de 20 anos, dividindo com ela despesas, esforços e conta bancária, prestando uma à outra assistência material e afetiva. Sustenta ainda que foi designada curadora da companheira (Maria Nancy) antes do falecimento da mesma, e que geriu os bens dela até o último dia de vida.

No voto, o relator afirma que para reconhecimento da união estável é preciso comprovar os requisitos, como convivência duradoura, contínua e pública, com o objetivo de constituir uma família. O desembargador afirma também que a comunhão de vida e de interesses entre as conviventes ficou clara, através dos documentos e das provas testemunhais.

“É inafastável o reconhecimento da pretensão da autora, haja vista que seu relacionamento com a falecida consistia numa relação aparentemente pública, notória, duradoura e, sobretudo, com a qualidade que a doutrina moderna defende”, afirmou.

O magistrado também registrou que o Supremo Tribunal Federal equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres, devendo a união homoafetiva ser reconhecida como um núcleo familiar, como qualquer outro.

Gabriela Parente

Acesse o site de origem: [TJ da Paraíba reconhece união estável lésbica para fins previdenciários](#)

[LGBTs não possuem marco legal como outras “minorias”](#)

(Última Instância) Em debate realizado na USP, ativistas protestam contra falta de regulamentação

No começo do ano, o PLC (Projeto de Lei Complementar) 122, que trata da criminalização da homofobia, foi pensado ao projeto de reforma do Código Penal que tramita no Senado. Essa decisão, muito criticada por diversos setores do movimento LGBT no Brasil, torna

praticamente inviável uma alteração judicial significativa em prol dos direitos desta “minoria” – incluindo a tipificação da homofobia como crime.

“Todas as outras formas de opressão possuem marcos legais que as tornam reconhecidas junto ao Estado, só os LGBTs que não”, afirmou Julian Rodrigues da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), que participou nesta quinta-feira (13/3) de debate “Criminalização da Homofobia” no pátio das arcadas da Faculdade de Direito da USP, no centro de São Paulo.

Rodrigues e o diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Eduardo Piza, afirmaram durante debate, no pátio das arcadas da faculdade, que o fato da população LGBT não possuir nenhum reconhecimento formal por parte do Estado de sua existência serve para dificultar a reivindicação de políticas públicas para a comunidade.

Em 1995 a então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) apresentou um primeiro texto de projeto de lei para criminalizar a homofobia no país. “O texto que escrevemos era extremamente equivocado e tímido, porém era o que conseguimos produzir naquela época”, lembrou Piza. Em 2001 a ex-deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) apresentou o texto da agora apensada PLC 122 à Câmara dos Deputados.

“A homofobia atenta contra o Estado democrático de direito. Existe uma leniência da sociedade frente a este tipo de violência e isso ajuda no enfraquecimento do estado laico em nosso país”, afirmou Piza. “O que acontece hoje no país neste debate coloca em risco o nosso Estado de direito, isso é um problema de Estado, um mal social”, concluiu.

A versão do projeto de lei que saiu da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, aprovada em Plenário e encaminhada ao Senado previa diversas situações que caracterizariam a homofobia. Entre elas estavam: a dispensa de empregados por motivo de sexo, orientação sexual e identidade de gênero; a proibição de ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público; a recusa ou prejuízo a alguém, em sistema de seleção educacional, de recrutamento ou promoção funcional ou profissional; a recusa de hospedagem, ou cobrança de sobretaxa, por parte de estabelecimentos do gênero; a recusa em negociar bens móveis ou imóveis com determinado sujeito por motivos discriminatórios; e o impedimento ou restrição de manifestação de afetividade homossexual, bissexual ou transgênero, quando estas expressões e manifestações forem permitidas aos demais cidadãos.

Abolicionismo penal

Durante o debate, Julian Rodrigues e Eduardo Piza afirmaram que para eles o debate sobre o abolicionismo penal ou direito penal mínimo só aparece quando o debate é sobre a população LGBT. “Não quero que se prenda todo mundo e aumente a criminalização que existe no país. Mas nós não temos nenhum marco legal que nos dê reconhecimento frente ao Estado e a criminalização da homofobia é este reconhecimento”, afirmou Rodrigues.

Outras lutas

Para Rodrigues as conquistas tidas por conta do ativismo judicial, como a garantia de conversão em casamento civil as uniões estáveis, são importantes, mas é necessário que o Congresso Nacional faça esses debates. “Não acho que só o judiciário salva. Não é o STF que tem que debater questões morais profundas e sim o Congresso Nacional. É preciso que

tenhamos leis sobre esses temas e não nos fiarmos apenas em portarias do Poder Judiciário”, afirmou o ativista.

Texto e imagem: Luka Franca

Acesse o PDF: [LGBTs não possuem marco legal como outras “minorias” \(Última Instância, 16/03/2014\)](#)

[Acesse no site de origem](#)

Justiça concede dupla maternidade a casal de mulheres homossexuais em Recife

(O Globo) O Juiz da 1ª Vara da Família de Recife, Clícério Bezerra da Silva, concedeu dupla maternidade a um casal de mulheres homossexuais que tem um relacionamento há 10 anos, e que acaba de ter filhos gêmeos. Os bebês, que nasceram no dia 6 de fevereiro deste ano, terão duas mães e quatro avós maternos. A decisão havia sido proferida no final do mês passado, mas só foi divulgada nesta sexta-feira pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Os nomes das mulheres não foram revelados porque o processo correu em segredo de justiça, segundo a assessoria de imprensa do TJ-PE. Os bebês foram gerados por inseminação artificial. A gestação foi no útero de uma das mulheres.

“Em um mundo onde incontáveis pequenos seres humanos são privados de despertar sentimentos nobres, como o amor, o afeto, agraciados são aqueles aos quais é permitida uma convivência saudável, verdadeira, edificante, experimentada no cotidiano da família. Há que se ressignificar a realidade social e traçar novos paradigmas”, justificou o magistrado, no processo.

Segundo o TJ-PE, é o segundo caso de dupla maternidade no estado. Na sentença, o juiz lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a existência de mais de um tipo de entidade familiar e que estendeu os mesmos direitos e deveres das uniões estáveis aos que mantêm relação homoafetiva.

Clícério Bezerra da Silva foi o mesmo juiz que, em 2012, concedeu aos empresários Mailton Albuquerque e Wilson Albuquerque, então com 35 e 40 anos, respectivamente, a primeira sentença autorizando dupla paternidade no país. Os dois, que vivem em Recife, recorreram à inseminação artificial para formar a família. Contaram com doação de óvulo de anônima - conforme determina a lei - e com a barriga solidária de uma prima, que atuou como voluntária para a gestação de Maria Tereza, a primeira filha do casal. Na certidão de nascimento da menina, hoje com dois anos, só constam os nomes dos pais. A prima que ajudou o casal até hoje permanece no anonimato.

Na sentença, juiz destacou o amor, o respeito mútuo e elogiou a iniciativa dos homens que formam o casal, considerando que eles tiveram atitude muito “macha” ao ousar reivindicar a

primeira paternidade dupla no país, em sociedade preconceituosa. Hoje o casal dedica grande parte do tempo a Maria Tereza, dispensa babás nos dias de folga e até montou infra estrutura no local de trabalho para que os dois fiquem mais perto da menina.

- Ela vai ser uma menina muito feliz, porque é fruto do nosso amor - afirmou Mailton, que é pai biológico da menina.

Em 2012, ao anunciar a vitória na justiça, ele disse que o próximo passo do casal seria ter mais um filho, tendo Wilson como pai. Os dois empresários não medem palavras para definir o amor que vivem: afirmam que a maior certeza que teem, é que querem ficar juntos até o fim da vida. E agora os dois se preparam para realizar o segundo sonho: Teo, filho biológico de Wilson, nasce em junho. Os dois filhos do casal têm a mesma mãe biológica, segundo Mailson informou ao GLOBO.

Os dois possuem uma loja que fornece equipamentos médicos e hospitalares. Mailson é enfermeiro, e logo após o nascimento de Tereza, passou em um concurso para atuar na Prefeitura, onde é lotado no Samu. Ele já entrou na burocracia municipal com pedido de licença paternidade com direitos maternos. Ou seja, quer ficar em casa por seis meses, para cuidar do segundo filho do casal. Se concedido o direito, ele será o primeiro servidor público no país a gozar da regalia naquelas condições.

Acesse o PDF: [Justiça concede dupla maternidade a casal de mulheres homossexuais em Recife \(O Globo -14/03/2014\)](#)

[Acesse o site de origem](#)

UOL: Caso raro de transmissão de HIV entre mulheres é divulgado nos EUA

(UOL) Um caso raro de possível transmissão de HIV entre mulheres foi anunciado nesta quinta-feira (13) por autoridades de Saúde americanas.

Uma mulher, de 46 anos, "provavelmente adquiriu" o vírus HIV em uma relação sexual com sua parceira, portadora da Aids, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês).

A paciente, que não teve o nome revelado, já teve relações heterossexuais anteriormente, mas não nos dez anos anteriores à infecção.

Sua companheira, que tem 43 anos e foi diagnosticada em 2008, foi sua única parceira sexual nos seis meses antes do teste positivo do vírus.

A mulher não apresentou nenhum dos outros fatores de risco, como drogas injetadas por meio de agulha, transplante de órgão, acupuntura, ou sexo desprotegido com mais de um parceiro.

O vírus tinha 98% de semelhança genética com o de sua parceira, divulgou o CDC em seu relatório semanal.

O casal disse não ter recebido informações sobre práticas de sexo seguro e contou que mantém relações sem proteção rotineiramente.

“Elas descreveram seu contato sexual como algumas vezes intenso, chegando a levar ao sangramento de uma delas”, explica o texto do CDC.

“Elas também informaram terem sexo sem proteção durante seu período de menstruação” completou a nota.

A mulher infectada desde 2008 tinha recebido prescrição de medicamentos antirretrovirais em 2009, mas parou de tomá-los em novembro de 2010.

Segundo o CDC, apesar de casos como esse serem raros, “transmissão entre mulheres são possíveis porque o HIV pode ser encontrado no líquido vaginal e no sangue da menstruação”.

O instituto reforçou que pessoas com HIV precisam ficar sob atenção médica e fazer uso dos remédios prescritos para reduzir o risco de infectar o parceiro.

Poucas ocorrências desse tipo já foram documentadas, e a confirmação “tem sido difícil pelo fato de outros fatores de risco quase sempre estarem presentes ou de ser impossível eliminá-los”, informou o CDC.

Acesse o PDF: [Caso raro de transmissão de HIV entre mulheres é divulgado nos EUA \(UOL - 13/03/2014\)](#)

Casos de violência em casa representam 38,63% dos ataques homofóbicos

(Correio Braziliense) O caso de Alex Medeiros, 8 anos, espancado até a morte pelo pai, Alex André, 34 anos, em 17 de fevereiro, no Rio de Janeiro, trouxe à tona o retrato de uma intolerância que não acontece apenas nas ruas, mas, também, dentro de casa. Em depoimento à polícia, o pai da criança disse que bateu no filho para “dar um corretivo” porque ele tinha de “andar como homem”. A atitude violenta de Alex se encaixa em um perfil de violações que ocorrem Brasil afora. No último balanço disponível da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República sobre violência homofóbica, com as denúncias feitas à pasta em

2012, os casos de violação motivados pela orientação sexual e de gênero em casa representam 38,63% dos registros, seguidos pelas agressões na rua, com 30,89% do total de 3.084 queixas.



Retrato da intolerância

Casos de violência contra lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) no país levantaram o debate sobre agressões contra o grupo. Confira dados sobre assassinatos e denúncias motivados por homofobia:

Assassinatos contra homossexuais



Distribuição dos homicídios (2013)



Número de denúncias de homofobia recebidas em 2012 pela SDH

3.084

Onde mais ocorrem as violações



Fontes: relatório sobre assassinatos do Grupo Gay da Bahia e denúncias recebidas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH)

Ainda segundo o relatório, 61,47% das violações ocorrem com jovens de 12 a 29 anos. Apesar de estar abaixo da faixa etária, Alex ilustra os casos de violência com jovens em casa, segundo especialistas. De acordo com o conselheiro tutelar Rodrigo Coelho, Alex André batia no menino por achar que era uma forma de corrigi-lo. O pai se incomodava com o fato de o filho gostar de dança do ventre, de lavar louça e de não querer cortar o cabelo. O homem declarou também que Alex era desobediente. “Pelo relato familiar, era uma criança ‘rebelde’, que não respeitava os pais, mas o que consta no relatório escolar da criança diz totalmente o contrário, que ele era um menino inteligente, calmo, tranquilo”, disse ao Correio.

Luiz Mott, antropólogo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB), afirma que a homofobia não tem retrocedido no Brasil e faltam políticas para educar a população sobre o tema. “Existe no imaginário coletivo do machismo brasileiro essa pena de morte contra o filho homossexual”, diz. A doutora em psicologia com atuação em estudos de gênero Tatiana Lionço ressalta que, nesse caso, a violência corretiva para impedir que a criança seja gay ou “mulherzinha” é praticada contra uma pessoa que nem sequer consegue compreender o que acontece a sua volta. “A criança não faz ideia do que é ser um homem afeminado, porque seria inapropriado brincar com certas coisas”, disse.

Acesse o PDF: [Casos de violência em casa representam 38,63% dos ataques homofóbicos \(Correio Braziliense, 09/03/2014\)](#)

Papa quer que Igreja estude união homossexual

(O Globo) Pontífice afirma que Igreja deve buscar os motivos que levaram alguns países a aprovar o casamento gay, segundo cardeal de Nova York

O Papa Francisco quer estudar as uniões homossexuais para entender por que alguns países optaram por sua legalização, afirmou neste domingo o cardeal de Nova York, Timothy Dolan, em mais um movimento de abertura em relação a um tema tabu para a Igreja. Em entrevista ao programa “Meet the Press”, da emissora americana NBC, o cardeal ressaltou que o Pontífice não disse ser a favor do matrimônio gay, mas que “a Igreja deve buscar e ver as razões que levaram alguns Estados a aprovar uniões civis entre pessoas do mesmo sexo em vez de condená-las”.

Para Dolan, o casamento entre um homem e uma mulher não é algo que se refere somente à religião e ao sacramento, mas representa “um elemento de construção da sociedade e da cultura”.

- E se retirarmos o significado sagrado do casamento, temo que não só a Igreja sofra, temo que a cultura e a sociedade também sofram - pontuou.

Na semana passada, o Papa Francisco disse em uma entrevista ao jornal “Corriere della Sera” que é preciso analisar caso a caso as uniões civis para casais homossexuais, mas reiterou que “o casamento é entre um homem e uma mulher”.

Em outro comentário sobre o assunto que divide clérigos, o Pontífice argentino afirmou, no ano passado, que a Igreja tem o direito de manifestar as suas opiniões, mas não pode interferir espiritualmente nas vidas de gays e lésbicas. Ele criticou religiosos cada vez mais obcecados em pregar sobre o aborto, casamento gay e contracepção - e disse que escolheu não falar sobre isso.

Na viagem de volta à Itália, após a Jornada Mundial da Juventude no Brasil, em julho, Francisco saiu em defesa dos homossexuais, dizendo que “eles não devem ser discriminados e devem ser integrados na sociedade”.

Acesse o PDF: [Papa quer que Igreja estude união homossexual \(O Globo, 09/03/2014\)](#)

27/02/2014 - Respaldo a casamento homoafetivo nos EUA subiu para 53%

(O Globo) A opinião pública, os juízes e os legisladores nos Estados Unidos caminham com mais consonância nos últimos anos em relação aos direitos homossexuais. Uma pesquisa

realizada pelo Public Religion Research mostrou que o respaldo dos americanos ao casamento gay cresceu para 53% nos últimos dez anos. Em 2003, quando Massachusetts tornou-se o primeiro estado americano a legalizá-lo, apenas 32% dos entrevistados disseram apoiar esse tipo de união.

O diretor do instituto, Robert Jones, afirmou que a tendência de alta marca uma “mudança notável” de atitude.

- Em termos de opinião pública, raramente vemos esse tipo de movimento em qualquer questão no período de uma década - afirmou ele.

Dezesseis estados americanos, além do Distrito de Colúmbia, reconhecem o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Proibições em vários estados acabaram derrubadas depois que a Suprema Corte americana determinou, em junho, que casais de homossexuais legalmente casados teriam direito a receber os mesmos benefícios federais de casais heterossexuais.

O apoio à causa também cresceu entre os que se descrevem como religiosos. Segundo a pesquisa, são favoráveis ao casamento gay: 83% dos judeus, 58% dos católicos brancos, 56% dos católicos hispânicos, e 46% dos protestantes hispânicos entrevistados. A maior oposição, por sua vez, veio dos protestantes negros (58%) e evangélicos brancos (69%).

IGREJA AFASTA JOVENS

Por outro lado, cerca de 73% dos americanos que afirmaram não seguir oficialmente nenhuma religião apontaram ser a favor do casamento homossexual. A visão negativa da Igreja sobre um tema ainda tabu e o tratamento dedicado aos casais homossexuais foram citados por 31% dos entrevistados jovens entre 18 e 33 anos como fatores importantes para que abandonassem sua religião de infância.

A pesquisa, realizada entre 12 de novembro e 18 de dezembro (com uma margem de erro de 1,7 ponto), é divulgada também no momento em que vários estados americanos - como Utah, Virginia ou Michigan - estão numa batalha judicial sobre a proibição do casamento homossexual.

Acesse o PDF: [Respaldo a casamento gay nos EUA subiu para 53% \(O Globo, 27/02/2014\)](#)

23/02/2014 - Casamento homoafetivo avança nos EUA por tribunais

(Folha de S.Paulo) A cerimônia de casamento não foi como Marcy Taylor, 38, e Alicia Rizzi, 45, imaginavam. Não teve festa no estilo Halloween, nem votos elaborados com antecedência.

Entre o pedido, logo após a decisão de um juiz federal que abriu o caminho para o casamento gay em Utah, em dezembro, e a celebração, foram menos de quatro dias.

“Mas nos sentimos reconhecidas e seguras. A partir de então, poderíamos ter proteção legal, por meio

do casamento, que antes nos era negada”, disse Marcy à Folha.

Menos de duas semanas depois, o governo de Utah recorreu e disse que não reconheceria os mais de 1.300 casamentos realizados no período. O governo Obama decidiu validá-los na esfera federal.

A disputa em Utah é um dos vários exemplos de como o casamento gay tem avançado nos EUA por meio de decisões judiciais em locais onde o Executivo ainda hesita. Trinta e três dos 50 Estados hoje proíbem o casamento.

O estopim foi a decisão da Suprema Corte, em junho, de igualar casais gays e heterossexuais nos direitos a benefícios federais, como pensões.

Desde então, todos os 18 processos sobre igualdade de tratamento que tramitaram nos Estados foram decididos a favor dos gays. Destes, 12 tratavam do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Nos últimos três meses, juízes federais na Virgínia, em Oklahoma e em Ohio declararam inconstitucional proibir o casamento gay. No Novo México e em Nova Jersey, as Supremas Cortes estaduais liberaram o casamento gay.

Na última sexta-feira, uma juíza da região de Chicago liberou o casamento antes de a lei entrar em vigor no Estado de Illinois, em junho.

Para a especialista em direitos civis da Universidade de Denver, Nancy Leong, o Judiciário é o “local apropriado” para determinar se a união entre pessoas do mesmo sexo é constitucional. “No Legislativo e Executivo, o tema pode ser influenciado por uma maioria de votos”, diz.

No entanto, opositores afirmam que as decisões dos juízes têm levantado “sérias questões constitucionais”. Para o senador republicano Scott Beason, do Alabama, é preciso respeitar a vontade manifestada em referendos.

“Estamos falando aqui de emendas constitucionais que foram votadas pela maioria da população do Estado.”

Para Leong, a quantidade de juízes indicados por democratas “hoje mais da metade nas Cortes de apelação” também estaria facilitando o avanço da agenda liberal.

Acesse o PDF: [Casamento gay avança nos EUA por tribunais \(Folha de S.Paulo - 23/02/2014\)](#)

21/02/2014 - Brasil vai apoiar os direitos LGBT e da mulher em evento da ONU

(Agência Brasil) O seminário População e Desenvolvimento na Agenda do Cairo: Balanço e Desafios, com

enfoque nos direitos sexuais e reprodutivos, ajustou hoje (21) a posição que o Brasil vai apresentar na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), entre os dias 4 e 11 de abril, em Nova York.

O debate confirmou a posição brasileira sobre aborto e direitos da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros). Dentre os pontos principais, está a descriminalização de circunstâncias que autorizem o aborto, além do que já é permitido, em casos que envolvam a saúde da mulher, bem como o apoio a programas de planejamento familiar, com distribuição de contraceptivos à população e direitos da comunidade LGBT, incluindo políticas de apoio aos jovens.

O posicionamento extraído na tarde de hoje se coaduna com o Consenso de Montevideu, assinado pelo Brasil e mais 37 países integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), sobre os temas a serem levados a Nova York.

Jaqueline Pitanguy, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), ressaltou que o Brasil vai defender “com unhas e dentes” esses pontos, e disse que o país também precisa avançar em outras questões, como na aplicação de legislações já existentes sobre direitos sexuais e reprodutivos.

“Um dos grandes desafios do Brasil é diminuir a distância entre as leis e a aplicação delas. Um exemplo é que o acesso a mecanismos de contracepção é restrito. Funcionários, por motivos de cunho religioso ou moral, não entregam contraceptivos para mulheres mais jovens”, explica Jaqueline. “Então, decisões que escapam da questão do direito à saúde impedem que essas mulheres tenham acesso. Sejam elas tomadas por prefeituras, prefeitos ou outros entes”, completa.

A conselheira do CNDM reconhece os avanços na legislação, em favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBT. Ela entende que o Brasil apresentou mudanças positivas nessa área, embora exista espaço para mais mudanças.

“Hoje, sabemos que existem questões ligadas a hipertensão, lúpus, problemas cardiológicos, que tornam a gravidez de altíssimo risco para a mulher. Ela deveria ter o direito de interromper. Além disso, em casos onde o aborto é permitido, a lei não é cumprida, porque há uma pressão tão grande de setores religiosos e conservadores, que são poucos os centros de atenção à mulher”.

Acesse o PDF: [Brasil vai apoiar os direitos LGBT e da mulher em evento da ONU \(Agência Brasil - 21/02/2014\)](#)

21/02/2014 - Causa e Consequência, por Mônica Bergamo

(Folha de S.Paulo) O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, analisa representação criminal contra os deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS), por ter dito que índios, gays e lésbicas são “tudo o que não presta”, e Alceu Moreira (PMDB-RS), que classificou de “vigaristas” pessoas que tentam ocupar propriedades, como índios e quilombolas. O pedido foi feito pela câmara do Ministério Público Federal que cuida de indígenas e comunidades tradicionais.

Coordenadora do grupo, a procuradora Deborah Duprat recomenda que os deputados sejam denunciados ao Supremo Tribunal Federal por discriminação e incitação a crime. “Não há mandato que possa ser concebido como atentado à democracia”, diz ela. Após a repercussão das declarações, os parlamentares disseram ser contra o preconceito e pregar o respeito.

Acesse o PDF: [Causa e Consequência, por Mônica Bergamo \(Folha de S.Paulo - 21/02/2014\)](#)